



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TÉCNICO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE
CAMPUS XAPURI

SUBSEQUENTE



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre





**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

Reitora

MARIA LUCILENE BELMIRO DE MELO ACÁCIO

Pró-Reitora de Ensino

JEFFERSON VIANA ALVES DINIZ

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

FÁBIO STORCH DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Extensão

UBIRACY DA SILVA DANTAS

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

JOSÉ CLAUDEMIR ALENCAR DO NASCIMENTO

Pró-Reitor de Administração

JOEL BEZERRA DE LIMA

Diretor Geral

JOY BRAGA CAVALCANTE

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão

MARIA MARLETE DE SOUZA MOURA

Diretora de Administração, Manutenção e Infraestrutura

XXXXXXXXXXXXXX

Coordenador(a) do Curso



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

COMISSÃO DE FORMULAÇÃO

THAYS MARA ALMEIDA DO CARMO

DAVAIR LOPES TEIXEIRA JÚNIOR

JOSINELE CUNHA DANTAS

MARIA APARECIDA DA SILVA COSTA ARAÚJO

RAPHAEL DOS SANTOS GOMES



INSTITUTO
FEDERAL
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES DO CAMPUS.....	06
2. INFORMAÇÕES DO CURSO.....	06
3. CONTEXTO EDUCACIONAL.....	07
3.1 Histórico da Instituição.....	07
3.2 Justificativa de oferta do curso.....	08
4. OBJETIVOS DO CURSO.....	10
4.1 Objetivo Geral.....	11
4.2 Objetivos Específicos.....	11
5. REQUISITOS E FORMAS DE INGRESSO.....	12
6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	12
7. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	17
7.1 Políticas de ensino, pesquisa e extensão.....	17
7.2 Políticas de apoio aos discentes.....	18
7.2.1 Assistência estudantil.....	18
7.2.2 Educação inclusiva.....	20
8. DOS ÓRGÃO COLEGIADOS.....	24
9. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO.....	24
10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	25
10.1 Perfil do egresso.....	25
10.2 Avaliação do processo ensino e aprendizagem.....	27
10.3 Expedição do diploma.....	29
10.4. Organização curricular.....	29
11. REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO.....	33
11.1 Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária...34	
12. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	35
13. INFRAESTRUTURA - INSTAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS.....	39
13.1 Biblioteca.....	39
13.2 Áreas de ensino específicas.....	39
14. ANEXOS.....	43
14.1 Ementário e componentes obrigatórios.....	43
14.1 Ementários e componentes curriculares optativos.....	62
REFERÊNCIAS.....	65



INSTITUTO
FEDERAL
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1. INFORMAÇÕES DO CAMPUS

CNPJ: 10.918.674/0006-38

Razão social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Nome fantasia: IFAC

Esfera administrativa: Federal

Endereço: Rua Coronel Brandão, nº 1622, Centro, Xapuri, Acre

Telefone: (68) 3542- 2083 e 3542 - 2073

E-mail: cxa.diren@ifac.edu.br

Site: www.ifac.edu.br

2. INFORMAÇÕES DO CURSO

Denominação: Curso Técnico Subsequente em Agropecuária

Forma de oferta: Subsequente

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Ato de criação do curso: XXXXXX

Quantidade de vagas: 40

Turno de oferta: vespertino

Regime Letivo: semestral

Regime de matrícula: por semestre

Carga horária total do curso: 1.200 horas

Tempo de duração do curso: 3 semestres

Tempo máximo de duração do curso: 3 semestres

Prazo Máximo para Integralização Curricular: 5 semestres

Periodicidade de oferta: semestral

Local de oferta: *Campus Xapuri*



3 CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), foi instituído pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de educação básica, profissional e superior. É pluricurricular e *multicampi*, possuindo natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.

O IFAC foi concebido para formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino para diversos setores da economia, realizando pesquisa aplicada e promovendo desenvolvimento tecnológico em estreita articulação com setores produtivos sociais, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O IFAC iniciou sua instalação em 2009, ocupando salas cedidas pela Universidade Federal do Acre e pelo Instituto Dom Moacyr, na capital, e no interior, mais especificamente nos municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, em prédios cedidos pelas prefeituras municipais e Governo do Acre.

Em meados de 2010, o IFAC iniciou suas atividades oferecendo cursos de Formação inicial e continuada e de formação técnica de nível médio com ênfase nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Ambiente, Saúde e Segurança e Informação e Comunicação. Em 2011, iniciou-se a oferta dos cursos de graduação, ampliando o número de matrículas de 400 (quatrocentas) para 1.170 (mil cento e setenta) em 2011.

Com a expansão da estruturação dos *campi* e o acréscimo do número de servidores, a instituição ampliou significativamente a oferta de vagas, oferecendo 25 (vinte e cinco) cursos distribuídos em 06 (seis) eixos tecnológicos, além dos programas especiais do governo federal, Mulheres Mil, PRONATEC, CERTIFIC e EaD, bem como a pós-graduação,





que possibilitaram a democratização do ensino e o acesso de cerca de 3.000 discentes, distribuídos nas unidades de Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri.

Desde 2013, o IFAC vem atuando nas 5 (cinco) microrregiões do Estado do Acre, trabalhando de forma regionalizada com eixos que fortalecem as potencialidades locais, sendo constituído por 07 (sete) unidades, sendo elas: 1) Reitoria com sede em Rio Branco; 2) Campus Rio Branco; 3) Campus Rio Branco Avançado Baixada do Sol; 4) Campus Xapuri; 5) Campus Sena Madureira; 6) Campus Tarauacá; 7) Campus Cruzeiro do Sul.

O IFAC tem suas atividades norteadas pela ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica de qualidade, de forma continuada, em diversos níveis e modalidades de ensino, com incentivo à pesquisa aplicada e às atividades de extensão, com foco para o empreendedorismo, ética e responsabilidade social, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Nessa perspectiva, a instituição desenvolve a formação e a qualificação de profissionais no âmbito da educação básica, técnica e tecnológica, realizando também pesquisa aplicada e inovação tecnológica, em articulação com os setores produtivos e a sociedade local e regional, para o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, além de oferecer mecanismos para a educação continuada.

Para cumprir com suas finalidades e objetivos, o IFAC atua na oferta da educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; oferece cursos subsequente, concomitantes, superiores, conforme prevê a Lei n.º 11.862, de 2008; ministra cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; realiza pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolve atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica.

3.2 Justificativa de oferta do curso

As atividades econômicas nos municípios do Estado do Acre estão baseadas na agricultura e na pecuária, as quais tornaram-se, com o passar dos anos, dois dos principais motores da economia. A produção agrícola no estado tem aumentado consideravelmente. A maior produtividade do estado é a mandioca, com 939 mil toneladas em 2011, seguida





pela cana-de-açúcar, com 179 mil toneladas. Dentre as frutas, as mais produzidas são a banana e a laranja, e verifica-se potencial muito grande na produção agrícola, que apresentou crescimento de 63% entre os anos de 2007 e 2011 (BRASIL, 2013).

No Estado do Acre a produção agropecuária, no setor primário, tem uma participação predominante de modo que se mostra uma atividade de grande impacto social e ambiental na zona rural do estado (ACRE, 2006). O setor agropecuário do estado abrange cerca de 4,2 milhões de hectares e as principais espécies de animais criados são bovinos, em torno de 3,0 milhões de cabeças e aves, em torno de 2,7 milhões de cabeças. Ainda nesse setor, os principais produtos agrícolas são a mandioca, cerca de 207.000 toneladas, milho, cerca de 59.000 toneladas e banana, com cerca de 39.000 toneladas.

Segundo dados da EMBRAPA (2006), as atividades agropecuárias no Acre são geridas, em sua maioria, por pequenos produtores de base familiar. Logo, essa produção é caracterizada de baixo nível tecnológico, ou seja, há pouco uso de mecanização, corretivos, fertilizantes e sementes melhoradas. Com isso, a prática da agropecuária é altamente dependente da derrubada e da queima em áreas de florestas e após o cultivo dessas áreas por cerca de dois ou três anos com culturas anuais (arroz, milho, feijão, mandioca e melancia), cerca de 12% destas áreas são cultivadas com culturas perenes (banana, café, pupunha, laranja, mamão, guaraná, tangerina, maracujá, manga, abacate e outras espécies).

Na Região do Alto Acre, que compreende os municípios de Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia e Assis Brasil se localizam, mais precisamente no município de Brasileia a 60 km de Xapuri, as empresas como a Acreaves Alimentos, fundada em 2004 e cuja atividade é o abate de aves e conta com parceria de produtores locais e o frigorífico Dom Porquito, considerado pela Associação Brasileia de Suínos como o mais moderno em tecnologia do Brasil, um empreendimento que iniciou suas atividades em novembro de 2015, gerando 300 empregos diretos, podendo chegar a mais de mil quando alcançar o auge. Essa indústria possui contratos fechados com Hong Kong, Peru, Bolívia e Vietnã, além do mercado local. A perspectiva de exportar a mercadoria se dará pela BR-317, conhecida como Rodovia Transoceânica (SUINOCULTURA, 2016).

Em relação a produção leiteira nos municípios do estado, observa-se o crescimento acentuado do número de vacas ordenhadas e da produção de leite, a partir de 1998, o que





coincide com o estabelecimento pelo governo do estado de políticas consistentes de apoio à pecuária bovina, com ênfase para a pecuária de leite, desenvolvida predominantemente pelos pequenos produtores (MDA, 2007), sendo uma viabilidade de renda para as comunidades rurais.

O município de Xapuri, segundo o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado do Acre, apresenta uma grande área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura familiar de subsistência. Sua economia é basicamente voltada para o setor primário e a pecuária, destacando-se o extrativismo vegetal. A borracha e a castanha ainda são os principais produtos do município. Atualmente, a cidade vive uma tendência para a industrialização de produtos da floresta (borracha, castanha e madeira). Em 2008, foi criada na cidade a primeira fábrica de preservativos naturais do planeta, a NATEX, que utiliza a borracha natural retirada das reservas extrativistas da região para a fabricação dos preservativos.

No período de 2011, Xapuri possuía cerca de 8% do rebanho bovino do Estado do Acre e em 2012, passou a ocupar o quinto lugar no ranking da produção leiteira do estado respondendo por 7% da produção. Com isso, nota-se que a região possui um potencial produtivo relevante ainda que se distancie dos centros urbanos fornecedores de insumos mais desenvolvidos.

Devido seu histórico socioeconômico e de lutas pela preservação ambiental, o município de Xapuri contribuiu para a criação de leis municipais, estaduais e federais, inclusive para a criação de reservas extrativistas, que limitam o desmatamento para grandes agriculturas. Como a agropecuária ainda é praticada de forma modesta, cria-se a necessidade de ampliação do mercado de trabalho, o que, de certa forma, pode ser executado pelo incentivo dos agronegócios.

Diante do exposto, a criação de um curso técnico na área de Agropecuária oportuniza a expansão do agronegócio no município de Xapuri e adjacências por fomentar o desenvolvimento dessas atividades gerando e absorvendo a mão de obra local, além de aquecer a economia.

4 OBJETIVOS DO CURSO





4.1 Objetivo Geral

O Curso Técnico Subsequente em Agropecuária tem como objetivo oferecer aos egressos do ensino médio uma formação de cidadã profissional, na área de Agropecuária, com competência técnica, humanística e ética para desempenhar suas atividades profissionais de modo a contribuir com o desenvolvimento regional, econômico, sustentável, social e ambiental, além de despertar para a importância de seu papel transformador da sociedade, podendo, assim, contribuir com o empreendedorismo e com o desenvolvimento sustentável da região de fronteira e as áreas adjacentes ao município de Xapuri, mediante a aquisição de saberes e práticas adquiridos com fundamentos científico-tecnológicos.

4.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar condições de profissionalização dos estudantes que já concluíram o Ensino Médio a fim de acompanhar a evolução tecnológica da área de agropecuária;
- Atender às expectativas da comunidade local e regional;
- Atuar no desenvolvimento regional através da formação profissional atendendo a uma demanda latente da região;
- Desempenhar atividades de pesquisa e extensão relacionadas a agropecuária, com planejamentos e ações focadas na gestão empreendedora e sustentável;
- Reproduzir conhecimento tecnológico através de pesquisas e experiências, observando a região e o contexto local;
- Aprimorar atitudes éticas profissionais e humanísticas, sociais e ambientalmente responsáveis para o gerenciamento do processo produtivo desde a obtenção da matéria-prima e produção até a chegada aos consumidores finais;
- Relacionar conhecimentos específicos ao contexto social, histórico, cultural, tecnológico, político e econômico da região;
- Formar profissionais capazes de conduzir o processo produtivo com qualidade;





- Ofertar formação profissional com visão concreta da realidade, no intuito de que se possa agregar valores aos produtos agropecuários, observando os critérios da sustentabilidade;
- Proporcionar formação de técnico em agropecuária capaz de atender diferentes públicos nas dimensões técnico-produtivas, sociais e ambientais;
- Habilitar profissional de nível técnico consciente de suas responsabilidades.

5 REQUISITOS E FORMAS DE INGRESSO

O ingresso no Curso Técnico Subsequente em Agropecuária dar-se-á através de processo seletivo, regulado por edital próprio, exigindo-se como requisito o ensino médio completo ou equivalente. Admitir-se-á, ainda, o ingresso por meio de transferência ou determinação legal, conforme regulamento institucional vigente.

6 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária foi elaborado em observância aos princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional e fundamentado nos seguintes dispositivos legais e normativos:

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 - Dispõe sobre o exercício da Profissão de Técnico Industrial de Nível Médio.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.





Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.793, de 01 de dezembro de 2003 - Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.

Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164 -41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014 - Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.





Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei n.º 11.645, de 2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 - Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.

Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002 - Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 7.022, de 2 de dezembro de 2009 - Estabelece medidas organizacionais de caráter excepcional para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e dá outras providências.

Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014 - Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.





Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 - Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Decreto nº 5.296, de 2004 - Define que o atendimento deve ser diferenciado e imediato e implementa as formas de acessibilidade arquitetônica e urbanística, aos serviços de transporte coletivo à informação e comunicação e ajudas técnicas.

Decreto n.º 6.949, de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto 5.296, de 2004 - Define que o atendimento deve ser diferenciado e imediato e implementa as formas de acessibilidade arquitetônica e urbanística, aos serviços de transporte coletivo à informação e comunicação e ajudas técnicas.

Decreto N° 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Parecer CNE/CEB nº 17, de 03 de dezembro de 1997 - Estabelece as Diretrizes Operacionais para Educação Profissional em Nível Nacional.

Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004 - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de abril de 2010 - **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Parecer CNE/CEB nº 5, de 04 de maio de 2011 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Parecer nº 11, de 04 de setembro de 2012 - Trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Resolução CONSU/IFAC nº 4, de 09 de janeiro de 2019, dispõe sobre a Regulamentação da criação, atribuições e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante por Eixo Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Resolução CNE/CEB n.º 4, de 8 de dezembro de 1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.





Resolução CNE/CEB nº 02/2001, de 11 de setembro de 2001 - Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Resolução nº 03, de 30 de setembro de 2009 - Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99.

Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução/CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 51, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021 - Regulamenta os estágios dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 51, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Resolução nº 1, de 15 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre a Organização Didática Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFAC.

Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 - Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Portaria do nº 3.156, de 28 de maio de 1987 – Dispõe sobre o Ministério do Trabalho concedendo o enquadramento sindical dos Técnicos Industriais como profissionais liberais.

Resolução nº 18/2019/CONSU/IFAC, de 17 de maio de 2019 - Dispõe sobre a regulamentação das normas de organização, funcionamento e atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 – Atualiza e aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas





de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Resolução/CONSU/IFAC nº 19, de 23 de junho de 2021 - Regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições dos Conselhos de Classe – CoC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Portaria n.º 380, de 01 de abril de 2016, constituição do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, do Campus Xapuri.

Portaria nº 400, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC.

7 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

7.1 Políticas de ensino, pesquisa e extensão

O ensino oferecido pelo IFAC compreende a oferta dos cursos de formação inicial e continuada de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e pós-graduação. A construção da organização curricular é pautada na articulação dos saberes (conhecer, fazer, ser e conviver), equacionando os atos com os recursos disponíveis para o desenvolvimento de uma educação qualitativa.

Os cursos técnicos de nível médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades dos *campi* do IFAC.

Desse modo, as ações se consolidarão por meio da construção da oferta de uma educação de excelência, comprometida com a identidade e a missão institucional, contemplando tanto os aspectos políticos, técnicos, econômicos e culturais, quanto permeando as questões da diversidade cultural, preservação ambiental, inclusão digital e social. Para tanto, o ensino deverá se alicerçar nas relações dialógicas, éticas e inclusivas,





considerando as diversidades culturais e sociais, comprometendo-se com a formação cidadã e democrática.

As políticas dos diferentes níveis de ensino do IFAC são pautadas no incentivo à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade, com ênfase na educação para os direitos humanos, educação ambiental, estudo das relações étnico-raciais e desenvolvimento nacional sustentável, priorizando a autonomia e a inclusão; na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e no desenvolvimento da ação educativa.

Mediante as ações de pesquisa, regulamentadas pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP), o IFAC busca firmar-se como instituição de referência no que tange à pesquisa, inovação e pós-graduação, contribuindo para a formação humana e para o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

A extensão no âmbito do IFAC é entendida como prática educacional que integra pesquisa e ensino. Suas atividades serão estabelecidas por meio de programas e projetos de extensão, a fim de que ocorra, de forma articulada, a relação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, como também considere a realidade econômica e regional que se apresenta atualmente nas demandas dos *campi*.

As atividades de extensão deverão se basear em uma análise fundamentada nas necessidades e interesses apresentados pela comunidade acadêmica, em cada *campus*. Isso deverá ocorrer de acordo com o eixo tecnológico e em articulação com a vocação e a qualificação docentes e dos técnicos administrativos em educação, do quadro efetivo da instituição, e discentes envolvidos.

7.2 Políticas de apoio ao discente

Seguem nos itens abaixo as políticas do IFAC voltadas ao apoio ao discente, destacando-se as políticas de assistência estudantil e a educação inclusiva.

7.2.1 Assistência estudantil

A Política de Assistência Estudantil, através da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil – DSAES está voltada exclusivamente para discentes priorizando a permanência





e conclusão de cursos técnicos, tecnológicos e superiores. São desenvolvidas ações capazes de dar suporte pedagógico, psicológico e de assistência social, visando promover a inclusão e a formação profissional e cidadã dos estudantes, consolidando os pilares da Educação Profissional, Científica e Tecnológica dos Instituto Federais de Educação.

Nesse sentido, o instituto trabalha com o Programa de Apoio Socioeconômico, na modalidade de auxílio permanência, que consiste em um repasse financeiro, dividido em 8 (oito) parcelas, ao longo do ano, aos discentes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que através do recurso sejam supridas as demandas no tocante ao custeio do transporte, alimentação e compra de material didático. Os Programas desenvolvidos são:

Auxílio permanência: Tem o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre discentes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Deverá prover assistência adicional aos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, através de auxílio financeiro, de modo a subsidiar o acesso ao transporte, alimentação e material didático. O acesso ao programa se dá por meio de seleção por edital e análise socioeconômica, realizada pela equipe de Assistência Estudantil do Campus.

Esporte, cultura e lazer: Objetiva a implementação de projetos cuja atividades visam contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, corporais, sociointeracionais e culturais dos estudantes, de modo a proporcionar melhor desempenho acadêmico e qualidade de vida. O acesso ao programa se dá por meio de seleção por edital específico.

Monitoria: Objetiva promover a cooperação mútua entre discentes e docentes, a vivência com o(a) docente e com as suas atividades técnico-didáticas, contribuindo para o fortalecimento dos cursos ofertados no IFAC. Além disso, procura estimular a participação dos estudantes no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino e à vida acadêmica; promover atividades para superação das dificuldades de aprendizagem, visando à permanência exitosa dos discentes; oportunizar crescimento pessoal e profissional; possibilitar a socialização de conhecimentos por meio da interação entre discentes; favorecer a cooperação entre docentes e discentes, visando à melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.





Para o desenvolvimento dessas ações, cada campus possui o Núcleo de Assistência Estudantil (NAES), vinculado à Direção de Ensino (DIREN) e à Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil (DSAES) do IFAC que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos estudantes no espaço escolar.

O NAES é responsável ainda pela execução dos Programas de Assistência Estudantil e pelo desenvolvimento de ações educativas e preventivas voltadas ao acompanhamento dos estudantes e famílias. O acompanhamento se dá por meio de atendimentos psicossociais, atendimentos psicológicos, visitas domiciliares, realização de palestras e outras atividades, apoio a movimentos estudantis (Grêmios e Diretório Central de Estudantes – DCE).

7.2.2 Educação inclusiva

O atendimento aos discentes com deficiência está previsto na Constituição Federal de 1988, no Art. 208, inciso III, como dever do Estado, mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

As alterações dadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394, de 1996, artigo 4º, inciso III, incluem, além do atendimento aos discentes com deficiências, atendimento àqueles com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A promoção da acessibilidade é garantida pela Lei 10.098, de 2000, que visa à eliminação de barreiras; já o atendimento prioritário é assegurado pela Lei 10.048, de 2000. A regulamentação de ambas as leis surge a partir do Decreto 5.296, de 2004, que define que o atendimento deve ser diferenciado e imediato e implementa as formas de acessibilidade arquitetônica e urbanística, aos serviços de transporte coletivo, à informação e comunicação e ajudas técnicas.





Através do Decreto Legislativo 186, de 2008, é aprovado o texto da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo. Esse decreto é ratificado através da promulgação do Decreto n.º 6.949, de 2009, com status de emenda constitucional, o qual prevê que todos os propósitos nele contidos devem ser executados e cumpridos. Entre eles está a oferta de educação inclusiva, conforme as diretrizes do art. 24, as quais defendem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis com a construção de escolas e com participação da comunidade acadêmica. Esta é representada por docentes, discentes, familiares, servidores e servidoras capazes de garantir o desenvolvimento integral de todo discente, sem exceção, através da minimização de barreiras arquitetônicas, de comunicação, metodológicas, tecnológicas e atitudinais.

A instituição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da Lei da Inclusão n.º 13.146, de 2015, confirma os direitos à acessibilidade, à igualdade, à não discriminação, ao atendimento prioritário. Além desses, assegura os direitos fundamentais, dentre estes, à educação, através de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, com condições de acesso e permanência.

Especificamente para discentes surdos, usuários de uma língua viso-espacial, a Libras, já reconhecida oficialmente pela Lei n.º 10.436, de 2002, faz-se necessário que a instituição disponibilize um tradutor intérprete de libras/língua portuguesa e que docentes tenham conhecimentos acerca da singularidade linguística desse e/ou dessa discente, a fim de adotar mecanismos de avaliação coerentes e alternativos para que a expressão dos conhecimentos adquiridos possam ser em libras, desde que devidamente registrados em vídeo, conforme previsto no Decreto n.º 5.626, de 2005. O IFAC adotará medidas para atender o que dispõe a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

Para viabilizar as condições para o atendimento educacional inclusivo, o IFAC conta com os núcleos de apoio, tanto para atendimento a discentes com necessidades educacionais específicas – NAPNE – quanto para ações afirmativas voltadas ao estudo e à valorização das identidades e relações étnico-raciais – NEABI – conforme descritos a seguir.





NAPNE: Atendimento Educacional a Discentes com Necessidades Educacionais Específicas. O IFAC, a partir de legislações vigentes, estabelece normas internas como a Resolução n.º 001, de 2018, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da instituição – ODP e especifica, no Título XIV, o atendimento educacional a discentes com Necessidades Educacionais Específicas considerando como tal as pessoas com deficiências, transtorno global de desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação que, após apresentação de laudo médico, deverão ter as condições de acesso, permanência e sucesso destes discentes, estabelecidas através do NAPNE.

O NAPNE foi regulamentado no IFAC através da Resolução n.º 145, de 12 de julho de 2013. Reformulado através da resolução nº 18/2019/CONSU/IFAC, de 17 de maio de 2019, que dispõe sobre a regulamentação das normas de organização, funcionamento e atribuições do Atendimento Educacional a Discentes com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, prevê, dentre suas competências, realizar ações para o atendimento a partir de:

- Identificação e acolhimento estudantil com necessidades educacionais específicas;
- Disseminação da cultura de inclusão através de palestras durante a Jornada Pedagógica;
- Orientação aos(às) docentes para adequação dos conteúdos;
- Estabelecimento de parceria com a família para orientações, quando necessário;
- Disponibilização de tradutores intérpretes de Libras para discentes surdos;
- Oferta de curso de Libras para capacitação de servidores(as), familiares e comunidade;
- Ampliação de material didático para discentes com baixa visão;
- Adoção de medidas individualizadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico;
- Participação em conselho de classe para dirimir situações relativas a pessoas com deficiências ou necessidades específicas.

NEABI: Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena, do Campus Xapuri, foi constituído por meio da Portaria n.º 380, de 01 de abril de 2016 e seus trabalhos estão





fundamentados na Resolução CONSU/IFAC nº 83, de 22 de julho de 2022. Logo, a comissão de Criação e Implantação do NEABI no Campus Xapuri foi composta com intuito de ser um instrumento propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, visando promover a conscientização de forma a diminuir e/ou superar discriminações e preconceitos raciais.

Composto por servidores(as) efetivos(as), o núcleo teve a sua atuação voltada para a implantação de ações afirmativas e em especial para a área do ensino sobre África, Literatura Africana, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, normatizado na Lei n.º 10.639, de 2003, e das questões Indígenas, Lei n.º 11.645, de 2008, que regulariza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas.

Para a implementação da legislação citada, o núcleo tem como atribuição a promoção de ações de ensino e extensão como debates, cursos, oficinas, seminários, conferências, simpósios, palestras, exposições de trabalhos, intercâmbios, e atividades artístico-culturais, entre outros encontros de reflexão e capacitação de servidores(as) e comunidade, desenvolvendo programas, projetos e pesquisas em temas sobre relações étnico-raciais em todas as áreas do conhecimento.

Essas atividades e ações têm como finalidade conhecer o perfil da comunidade interna e externa do Campus Xapuri nos aspectos étnico-raciais e, a partir deste diagnóstico, implementar as Leis n.º 10.639, de 2003, e n.º 11.645, de 2008, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Tais diretrizes estão pautadas em estudos, pesquisas e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

De modo geral, o NEABI – Campus Xapuri busca desenvolver ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais. Pretende-se inserir a temática do ensino da História, da Literatura Africana, Cultura Afro-Brasileira e Indígena em ações multidisciplinares e que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica. Das temáticas sugeridas para as pesquisas na modalidade de capacitação e





extensão, temos os seguintes eixos temáticos: História das Áfricas; História da escravidão no Brasil; Literatura Africana; Literatura afro-brasileira; Produção literária feminina na África; Produção literária feminina na Literatura afro-brasileira; Comunidades Indígenas no Brasil e no Acre; História do Indígena no Estado do Acre; Culturas Africanas; Culturas Indígenas; Identidades étnico-raciais; Inserção sociocultural e econômica do negro e do indígena no Brasil; Inclusão socioeducativa do negro e do indígena no Brasil; A cultura e a religiosidade nas comunidades negras remanescentes de quilombos; A cultura e a religiosidade nas comunidades indígenas; O território e o meio ambiente nas comunidades negras remanescentes de quilombos; O território e o meio ambiente nas comunidades indígenas.

8 DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS TÉCNICOS

Os cursos técnicos terão um Núcleo Docente Estruturante (NDE) por Eixo Tecnológico e um Conselho de Classe por turma.

O Núcleo Docente Estruturante por Eixo Tecnológico – NDE/Eixo Tecnológico é um órgão consultivo, propositivo e de assessoramento, responsável pela concepção, implantação, consolidação, avaliação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAC.

O Conselho de Classe é o órgão responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar das turmas dos cursos técnicos integrados, concomitantes, subsequentes e da educação de jovens e adultos.

O Conselho de Classe Final (CoC/F) de cada turma será realizado, em caráter ordinário, ao final de cada semestre letivo segundo as datas previstas no calendário escolar, regidos por normatização específica.

9 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Em conformidade a Lei nº 11.788 de 25/09/2008, o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições





de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio supervisionado no Curso Técnico Subsequente em Agropecuária não é obrigatório, sendo uma atividade opcional ao estudante. Caso o estudante opte por realizá-lo, a carga horária será computada no histórico escolar como atividade extracurricular.

A realização do Estágio Supervisionado no Curso Técnico Subsequente em Agropecuária não obrigatório seguirá as normas estabelecidas na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021 e na Resolução CONSU/IFAC nº 51, de 22 de dezembro de 2021. Esta atividade também contará com normativa específica que estabelecerá critérios, organização e fluxos a serem obedecidos.

10 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

10.1 Perfil do egresso

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o curso Técnico em Agropecuária permite formar profissionais aptos a manejar, de forma sustentável, a fertilidade do solo e os recursos naturais. Deverá ser um profissional que tem visão crítica, reflexiva, ética, com capacidade de se posicionar e propor solução de problemas nos aspectos ambientais, tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de apresentar condições de reconhecer dentro de sua área de atuação as especificidades regionais e contextualizá-las nacional e mundialmente buscando enfatizar a produção sustentável.

Suas competências e habilidades abrangem, mas não se limitam a:

- Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.
- Elaborar, projetar e executar projetos de produção agropecuária, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).





- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.
- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial, de topografia na área rural, de impacto ambiental, de construção de benfeitorias rurais, de drenagem e irrigação.
- Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características, alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais.
- Realizar a produção de mudas e sementes, em propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
- Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais.
- Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
- Aplicar métodos e programas de melhoramento genético.
- Prestar assistência técnica na aplicação, na comercialização, no manejo de produtos especializados e insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratos culturais.
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas.
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
- Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários.





- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial.
- Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.
- Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
- Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.
- Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.
- Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.
- Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água.
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agropecuários e animais.
- Executar a gestão econômica e financeira da produção agropecuária.
- Administrar e gerenciar propriedades rurais.
- Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.
- Operar, manejar e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.
- Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto da produção agropecuária.
- Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto da produção agropecuária.

10.2 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem se constitui em um processo contínuo e formativo. Nesses processos, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa integradas ao processo de ensino-aprendizagem, as quais devem ser empregadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades





estudantis. Do mesmo modo, deve funcionar como indicadores na verificação da aprendizagem, em que os aspectos qualitativos sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei n.º 9.394, de 1996.

Dentre os instrumentos e técnicas que poderão ser utilizados para avaliação, pode-se citar: observação contínua por docentes, participação nos momentos de ensino-aprendizagem, trabalhos individuais e/ou em grupos, provas escritas e/ou orais, resolução de problemas e exercícios, atividades práticas, produção de relatórios e autoavaliação.

Obedecendo o Art. 151 da Organização Didática Pedagógica do IFAC, as notas semestrais serão registradas no SIGA-A, obrigatoriamente, após o fechamento do semestre, observando o Calendário Acadêmico, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Média Parcial} = (N1 + N2 + \dots + Nn) / n$$

Deverão ser utilizados, por disciplina, no mínimo dois instrumentos distintos de avaliação. Os instrumentos de avaliação bem como os valores atribuídos a cada um deles deverão ser divulgados pelo professor no início do respectivo período letivo.

De acordo com o Art. 152 da Organização Didático-Pedagógica a média final será obtida por meio da expressão abaixo:

$$\text{Média Final} = (\text{Média Parcial} + \text{Avaliação Final}) / 2$$

Os resultados da avaliação da aprendizagem serão expressos em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo considerado aprovado(a) o(a) discente que obtiver média final anual igual ou superior a 7,0 (sete) ou igual ou superior a 5,0 (cinco) no caso de ser submetido à prova final.

Durante todo o processo formativo, serão assegurados os estudos de recuperação ao discente, dando-lhe a oportunidade de revisar os conteúdos e de ser submetido a outra avaliação. Cada docente deverá propor, em seu planejamento, estratégias de aplicação da recuperação paralela, dentre outras atividades, visando à aprendizagem estudantil, as quais deverão estar previstas no plano de ensino, com anuência da Coordenação do Curso e Coordenação Pedagógica do Campus.





Quanto à frequência, será considerado o art. 47, § 3º, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dispõe sobre a obrigatoriedade de frequência de discentes e docentes, salvo nos programas de educação à distância, que se regem por outras disposições. É admitida, para a aprovação, a frequência mínima de 75% do total das aulas e demais atividades escolares de cada componente curricular.

A Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019, assegura ao discente, regularmente matriculado e no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades. Nesse sentido caberá à Instituição garantir uma das seguintes prestações alternativas:

- I. prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do discente e/ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;
- II. trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

O regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para discentes portadores das afecções que indica, constitui-se em exceção à regra estabelecida na LDB. A sua aplicação deverá ser considerada institucionalmente, caso a caso, de modo que qualquer distorção, por parte do discente ou da instituição de ensino, possa ser corrigida com a adoção de medidas judiciais pertinentes. Além disso, a Lei n.º 6.202, de 17 de abril de 1975, dispõe que a partir do oitavo mês de gestação, e durante os três meses subsequentes, a discente grávida ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares. Não existem outras exceções. Sendo assim, cabe ressaltar que todos os critérios de verificação do desempenho acadêmico e as condições de aprovação e reprovação dos estudantes seguirão a Resolução CONSU/IFAC n.º 001, de 2018.





10.3 Expedição de diploma e certificados

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, o estudante fará jus ao Diploma de Técnico em Agropecuária.

10.4 Organização curricular

Os princípios pedagógicos são centrados no sujeito histórico, social e político, sendo necessário considerar o seu contexto e o mundo de constantes mudanças no qual ele está inserido. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos devem ser elaborados com vistas a formar pessoas críticas e reflexivas, pesquisadoras abertas às inovações tecnológicas, cuja ação seja pautada pelo diálogo e pela ética. Assim, espera-se que esse sujeito ao final de sua formação seja capaz de pensar criticamente, aceitando e debatendo as mudanças e as problemáticas da sociedade da qual faz parte, bem como procurar soluções, fundamentando sua prática no saber adquirido.

Os estudantes devem ser formados para a vida e para o trabalho, sendo esse trabalho a base educativa para construir suas aprendizagens significativas, aliando o saber e o fazer, de forma crítica e contextualizada. Para tanto, devem ser estimuladas a fazer pesquisas, a fomentar a criatividade, à participação e ao diálogo, considerando a diversidade de opiniões, buscando em equipe a solução de problemas, baseada na construção participativa e democrática; devem ter acesso à educação humano-científico-tecnológica, a fim de se tornarem pessoas críticas e reflexivas; devem ser preparadas para a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação continuada de trabalhadoras e trabalhadores; devem colaborar com o desenvolvimento socioeconômico, estabelecendo uma relação direta junto ao poder público e às comunidades locais e regionais, isso significa maior articulação com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

A concepção do currículo do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação





do diálogo entre as diferentes áreas de formação. O Curso Técnico Subsequente em Agropecuária possui três semestres de duração, com carga horária total de 1.200 horas. Para o cumprimento da carga horária do curso, serão ministradas 6 aulas diárias de segunda a sexta-feira, e eventuais sábados letivos, distribuídos nos três semestres do ano letivo.

O currículo do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária está organizado a partir de dois núcleos de formação: núcleo básico e núcleo tecnológico, os quais são perpassados pela prática profissional. O núcleo básico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à formação humanística e para o trabalho e que possuem menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso, da egressa.

Nos cursos subsequentes, o núcleo básico é constituído essencialmente a partir dos conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, segurança do trabalho e novas tecnologias, que têm por objetivo desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva, a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos.

O núcleo tecnológico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do egresso bem como as formas de integração.

O núcleo tecnológico constitui-se basicamente a partir das disciplinas específicas da formação técnica, identificadas a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

A carga horária total do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária, como mencionado é de 1.200 horas-relógio e 1.440 horas-aula de 50 minutos, composta pela





soma das cargas horárias dos dois núcleos, que são: 210 horas-relógio para o núcleo formativo básico e 990 horas-relógio para o núcleo tecnológico.

Buscou-se atender às legislações vigentes para o desenvolvimento dos conteúdos obrigatórios no currículo do curso que estão presentes nas Legislações Nacionais e nas Diretrizes Institucionais dos Cursos Técnicos do IFAC, sendo: o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, os princípios da proteção e defesa civil, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação em direitos humanos, educação para o trânsito e processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso. Além das disciplinas que abrangem as temáticas previstas na Matriz Curricular, o corpo docente irá planejar, juntamente com os Núcleos como NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena), Núcleo de Assistência Estudantil (NAES) e demais setores pedagógicos da instituição, a realização de atividades formativas envolvendo essas temáticas, tais como palestras, oficinas, projetos de pesquisas e extensão, entre outras. Tais ações devem ser registradas e documentadas no âmbito da coordenação do curso, para fins de comprovação. Em atendimento à Lei n.º 13.006, de 2014, o IFAC realiza a exibição de filmes de produção nacional a discentes do ensino médio, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais e estende também a discentes dos cursos técnicos subsequentes. Os filmes nacionais a serem exibidos deverão contemplar temáticas voltadas aos conhecimentos presentes no currículo dos cursos, proporcionando a integração curricular e o trabalho articulado entre os componentes curriculares.

Em caso de pandemia, catástrofes e/ou outras situações que impeçam as atividades presenciais de ensino/aprendizagem, pesquisa e extensão, este PPC será complementado com o que preconiza a Resolução nº 26/CONSU/IFAC, de 14 de agosto de 2020, e/ou outra que venha a substituí-la por órgãos superiores, referente a tais situações.





11 REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO

1º SEMESTRE

- Informática
- Matemática Aplicada
- Português Instrumental
- Ética e Cidadania

- Agricultura I (Oleicultura e Sementes)
- Noções de Meio Ambiente
- Solos I
- Introdução à Nutrição Animal e Forragicultura e Pastagem

PRÁTICAS PROFISSIONAIS

2º SEMESTRE

- Noções de Direito Agrário e Ambiental

- Irrigação e Drenagem
- Solos II
- Topografia
- Avicultura
- Suinocultura
- Agricultura II (Culturas Anuais e Perenes)
- Extensão Rural e Cooperativismo
- Mecanização e Máquinas Agrícolas

PRÁTICAS PROFISSIONAIS

3º SEMESTRE

- Silvicultura
- Fruticultura
- Construções Rurais
- Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas
- Bovinocultura
- Caprinos e Ovinos
- Gestão de Empreendimentos Rurais

► Núcleo Formativo Básico - ► Núcleo Tecnológico



**11.1 Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária**

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
	Semanal	Hora/ relógio	Hora/ aula
1º SEMESTRE			
Português Instrumental	3	45	54
Matemática Aplicada	3	45	54
Informática Básica	3	45	54
Ética e Cidadania	3	45	54
Agricultura I (Olericultura e Sementes)	4	60	72
Noções de Meio Ambiente	3	45	54
Solos I	3	45	54
Introdução à Nutrição Animal e Forragicultura e Pastagem	4	60	72
Subtotal da carga horária das disciplinas	26	390	468
2º SEMESTRE			
Noções de Direito Agrário e Ambiental	2	30	36
Irrigação e Drenagem	3	45	54
Solos II	3	45	54
Topografia	3	45	54
Avicultura	3	45	54
Suinocultura	3	45	54
Agricultura II (Culturas Anuais e Perenes)	4	60	72
Extensão Rural e Cooperativismo	2	30	36
Mecanização e Máquinas Agrícolas	4	60	72
Subtotal da carga horária das disciplinas	27	405	486
3º SEMESTRE			
Silvicultura	3	45	54
Fruticultura	3	45	54
Construções Rurais	3	45	54
Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas	3	45	54
Noções de Tecnologia de Alimentos	4	60	72
Bovinocultura	4	60	72
Caprinos e Ovinos	3	45	54
Gestão de Empreendimentos Rurais	4	60	72
Subtotal da carga horária das disciplinas	27	405	486

► Núcleo Formativo Básico - ► Núcleo Tecnológico



**Resumo da carga horária do curso**

Carga horária núcleo básico	210 horas-relógio/252 horas-aula
Carga horária núcleo técnico	990 horas-relógio/1.188 hora-aula
Carga horária núcleo básico e técnico	1.200 horas-relógio/1.440 hora-aula

11.2 - Disciplinas optativas

Descrição das disciplinas optativas	Carga horária total
Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	30h
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	30h

12 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os quadros a seguir descrevem, respectivamente, o corpo docente e o corpo técnico-administrativo em educação que são necessários para o funcionamento do curso.

Quadro 03 - Corpo Docente

Nome	Formação inicial	Titulação	Área de atuação	Regime de trabalho
Adão Araújo Galo Júnior	Licenciado em Ciências Sociais	Mestrado	Sociologia	DE
Alana Chocorosqui Fernandes	Tecnologia em Gestão Ambiental	Mestrado	Meio Ambiente	DE
Alex da Silva Santos	Engenharia de Alimentos	Mestrado	Alimentos	DE
Allison Carlos Assunção Silva	Licenciado em Ciências Biológicas	Doutorado	Biologia	DE
Anselmo Gonçalves da Silva	Bacharel em Administração	Mestrado	Administração	DE
Armando Cezar da Silva Pompermaier	Licenciado em História	Mestrado	História	DE
Cássio Almeida da Silva	Licenciado em Letras	Mestrado	Língua Portuguesa	DE
César Claudino Pereira	Bacharel em Direito	Mestrado	Direito	DE
Claudia Adriana Macedo	Licenciada em Letras	Mestrado	Língua Inglesa	DE
Davair Lopes Teixeira Junior	Bacharel em Agronomia	Mestrado	Agronomia	DE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

36

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Xapuri

Deimisson Gomes da Silva	Licenciado em Arte	Especialista	Arte	DE
Drielly Campos da Silva Quichabeira	Licenciada em Química	Mestrado	Química	DE
Emerson Zambrano Lara	Licenciado em Química	Mestrado	Alimentos	DE
Erlane da Rocha Fernandes	Engenharia de alimentos	Mestra	Alimentos	DE
Francileide Lopes do Nascimento	Bacharel em Ciências Econômica	Mestrado	Economia	DE
Francisco Marinho de Oliveira	Licenciado em Matemática	Especialista	Matemática	DE
Genildo Cavalcante Ferreira Júnior	Licenciado em Ciências Biológicas	Doutorado	Alimentos	DE
Givaldo Souza da Silva	Licenciado em Química	Mestrado	Química	DE
Isaias Fernandes Gomes	Licenciado em Física	Mestre	Física	DE
Janiffe Peres de Oliveira	Bacharel em Agronomia	Doutorado	Agronomia	DE
Jefferson Henrique Tiago Barros	Engenheiro de Alimentos	Doutorado	Alimentos	DE
Joel Bezerra Lima	Licenciado em Filosofia	Mestrado	Filosofia	DE
Jonas Lima Nicácio	Licenciado em Pedagogia	Mestrado	Pedagogia	DE
José Marcio Malveira da Silva	Agronomia	Doutorado	Agronomia	DE
Josinele Cunha Dantas	Licenciado em Geografia	Especialista	Geografia	DE
Joy Braga Cavalcante	Licenciado em Educação Física	Mestrado	Educação Física	20 horas
Juliélmo de Aguiar Correa	Bacharel em Agronomia	Mestrado	Meio Ambiente	DE
Junior da Costa Moreira	Tecnólogo em Rede de Computadores	Especialista	Informática	DE
Leylane Ferreira Hadad de Oliveira	Licenciada em Matemática	Mestrado	Matemática	DE
Luciana Rufino de Souza	Bacharel Administração	Especialista	Administração	DE
Lucinéia Maria Araújo da Silva	Licenciada em Letras	Especialista	Língua Espanhola	DE



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

37

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Xapuri

Maria Aparecida da Silva Costa Araújo	Licenciada em Filosofia	Mestrado	Filosofia	DE
Maria Eliene Maia Braga Candido	Licenciada em Ciências Biológicas	Mestrado	Biologia	DE
Mychael Douglas Souza de Almeida	Psicologia	Especialista	Psicologia	DE
Moézio Lima Rodrigues	Licenciado em Matemática	Mestrado	Matemática	DE
Najara Vidal Pantoja	Licenciada em Química	Mestrado	Química	DE
Poliana Domingos Ferro	Bacharel em Gestão Ambiental	Especialista	Meio Ambiente	DE
Raimunda Rosineide de Moura e Silva	Licenciada em Letras	Mestrado	Língua Portuguesa	DE
Ricardo Kind Lopes	Licenciado em Química	Mestrado	Química	DE
Sandra Sales de Oliveira	Licenciada em Letras	Mestrado	Língua portuguesa	DE
Sandy Honorato Rocha Mendonca	Letras /Libras	Especialista	Libras	20h
Sérgio Luiz Pereira Nunes	Licenciado em Física	Mestrado	Física	DE
Sileno Dias	Tecnólogo em Gestão Ambiental	Especialista	Meio Ambiente	DE
Tatiane Loureiro da Silva	Licenciado em Ciências Biológicas	Doutorado	Biologia	DE
Thays Mara Almeida do Carmo	Licenciado em Arte	Mestrado	Arte	DE
Uiara Mendes Ferraz de Pinho	Licenciado em Química	Mestrado	Química	DE
Uilson Fernando Matter	Bacharel em Agronomia	Doutorado	Agronomia	DE

Quadro 04 - Corpo Técnico-Administrativo em Educação

Nome	Formação	Área de atuação	Regime de trabalho
Alan Ferreira do Nascimento	Bacharel em Administração	Assistente em Administração	40h
Andrei Christian Pereira Lima	Engenharia Florestal	Assistente de Aluno	40h
Carlos Afonso Pedrosa Rodrigues	Economia	Assistente em Administração	40h
Catarina Pinto de Assiz	Ensino médio	Auxiliar de Biblioteca	40h



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

38

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Xapuri

Cristiano Bastos dos Santos	Especialização – Ciência da informação	Arquivista	40h
Suelene Rodrigues Pereira	Administração	Técnica de Arquivo	40h
Cristiano Conceição da Silva Santos	Médio profissionalizante	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
Daniela Maria da Silva Vale	Ensino Médio	Tradutor Intérprete de Linguagens Sinais	40h
Edilheno de Souza Gomes	Especialista em Planejamento e Gestão Escolar na Educação Básica	Pedagogo	40h
Eliana Pereira De Oliveira	Licenciada em Pedagogia	Pedagoga	40h
Eliardo da Costa Vasconcelos	Graduado em Ciências Contábeis.	Técnico em Contabilidade	40h
Emison Valdivino de Oliveira	Bacharel em Ciências Econômicas	Revisor de Texto Braile	40h
Flavia Cristina dos Santos Miranda	Ensino Médio	Assistente em Administração	40h
Gualco Santa Maria Pinheiro da Conceição	Ensino Médio	Assistente em Administração	40h
Janilce da Costa Moreira	Licenciada em Química	Assistente em Administração	40h
Jorgenilson Ferreira de Oliveira	Licenciada em Química	Assistente em Administração	40h
JOSE RICHER OLIVEIRA DA SILVA	Ensino Médio – Técnico	Técnico de laboratório	40h
Lissandro Augusto da Costa Serra	Licenciado em Geografia	Auxiliar em Administração	40h
Ednilson Medeiros de Brito Filho	Especialista em Biblioteconomia	Bibliotecário-Documentalista	40h
Maria Josiane Alves de Souza	Nível Médio Profissionalizante	Auxiliar em Administração	40h
Maria Marlete de Souza Moura	Ciências Sociais	Técnica em contabilidade	40h
Milton Soares dos Santos	Mestre	Tec. Laboratório Área Ciências da Natureza	40h
Mizael Ferreira da Silva	Graduação Tecnologia da Informação	Auxiliar de Assuntos Educacionais	40h
Ortemisa Ribeiro da Silva	Especialista - História	Técnica em Assuntos Educacionais	40h
Terezinha da Silva Pereira	Serviço Social	Assistente Social.	40h





Rannife Augusta Carvalho Mastub de Oliveira	Mestra	Psicóloga	40h
Roberval Nascimento de Melo	Graduação - Direito	Assistente em Administração	40h
Ronald da Costa Castro	Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação	Técnico em Tecnologia da Informação	40h
Ronete Pavão de Oliveira Calixto Silva	Especialista em Educação de Jovens e Adultos	Técnico em Assuntos Educaçãois	40h
Ronildo Rezende da Silva	Mestre	Assistente em Administração	40h
Rosana Pereira Luz Da Silva	Bacharel em Ciências Econômicas	Economista	40h
Salomão Campos de Souza	Nível Médio Profissionalizante	Técnico de Laboratório Informática	40h
Sandro Vargas de Mesquita	Bacharel em Administração	Administrador	40h
Santos Oliveira da Silva	Especialista em Educação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Técnico em Assuntos Educaçãois	40h
Vandoi de Araújo Cosmo	Graduado – Gestão Ambiental	Assistente de Aluno	40h
Vânia Maria Magalhães de Lira Teixeira	Mestra	Técnica em Química	40h

13 INFRAESTRURA - INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O IFAC - Campus Xapuri oferece aos discentes do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária uma estrutura que proporciona desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, a qual também está adequada ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional. Com vistas a oferecer a infraestrutura necessária, orientada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o IFAC dispõe de instalações físicas e equipamentos, conforme descritos nos itens a seguir:

13.1 Biblioteca

O Instituto Federal do Acre - Campus Xapuri dispõe de uma biblioteca com 08 computadores com acesso à internet, 02 salas de estudo e 10 mesas distribuídas em sua





extensão. Além disso, conta com um acervo diversificado com possibilidade de consulta local, bem como empréstimo e assim como acesso a biblioteca virtual.

13.2 Áreas de ensino específicas

Visando o aprimoramento prático dos discentes do curso e obedecendo a indicação mínima de infraestrutura do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Campus Xapuri possui: biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado; laboratório de informática com programas específicos; planta piloto de processamento de frutas, hortaliças, carnes e pescados e plantas piloto de laticínios, panificação e bebidas; além de laboratórios de Análises Microbiológicas, Físico-químicas e Sensoriais.

Quadro 05 – Espaço Físico

Espaço físico geral	Quantidade
Salas de Aula com 40 cadeiras e condicionadores de ar	11
Auditório com espaço para 280 lugares, caixa de som e microfones	01
Banheiro	14
Biblioteca	01
Sala de Coordenações	12
Sala de docentes	03
Sala de Registro Escolar	02
Sala da Direção Geral	01
Sala da Direção de Ensino	01
Sala da Coordenação Técnico-Pedagógica	01
Instalações Administrativas	01
Almoxarifado	04
Depósito	04
Sala de música	01
Posto de vendas	01

Quadro 06 – Laboratórios

Laboratórios	Quantidade
Laboratório de Informática com programas específicos	01





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Xapuri

41

Laboratório de Física	01
Laboratório de Química	01
Laboratório de Biologia	01
Laboratório de Microbiologia	01
Laboratório de Solos	01
Laboratório de Sementes	01
Laboratório de Processamento de Alimentos (armazenamento e beneficiamento agroindustrial)	02
Laboratório de Análise Sensorial	01
Laboratório de Mecanização Agrícola*	01
Laboratório de Desenhos Técnicos, topográficos e geotecnologias**	01
Laboratório de Biologia Animal e Vegetal***	01
Área experimental (unidade didática de produção animal e vegetal) ****	01

* Laboratório *multicampus* – fica localizado no Campus Rio Branco

** Laboratório *multicampus* – fica localizado no Campus Baixada do Sol

*** Laboratório *multicampus* – fica localizado no Campus Sena Madureira

**** Espaço de 3,7651 hectares – em construção, localizado no Bairro da Sibéria em Xapuri

Observação: O Campus também buscará parcerias com outras instituições públicas e privadas para utilização de laboratórios e de instrumentos de mecanização agrícola.

Quadro 07 - Áreas de esporte e convivência

Esporte e convivência	Quantidade
Quadra poliesportiva	01
Espaço de Convivência	01

Quadro 08 - Área de atendimento ao discente

Atendimento ao discente	Quantidade
Sala da coordenação do Curso	01
Assistência estudantil, contando com 1 psicóloga e 1 assistente social	01
Sala do NEABI	01
Sala do NAPNE, contando com 2 intérpretes libras e 1 coordenador	01

Quadro 09 – Equipamentos

Itens	Quantidade
Computadores dos laboratórios de informática	41
Projektor Multimídia	23
Notebooks	03
Lousa digital interativa	00
Computadores para manutenção	30



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

42

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Xapuri

Kits para manutenção de computadores e rede	01
TV 50 polegadas	01
Impressoras	18
Turbo forno elétrico 8 telas	01
Forno Micro-ondas	01
Balança analítica de alta precisão, com divisão de 0,1 mg (0,0001 g)	01
Balança semi-analítica capacidade total de aproximadamente 320g	01
Banho maria, ajuste digital	02
Caixa de som	01
Chapa assadeira/fritadeira, material aço inoxidável	01
Data show	03
Descascador legumes, material aço inoxidável, capacidade 10 kg	01
Potenciômetro portátil para medida de pH	01
Tacho para fritura elétrico 18L	01
Desidratador de alimentos tipo: residencial	01
Destilador de água	01
Equipamentos para vídeo conferência	01
Estufa de crescimento de pão com 20 esteiras	01
Estufa de secagem e esterilização modelo 315 SE	01
Estufa para secagem e esterilização	02
Fogão 4 bocas	01
Fogão 4 bocas com forno	01
Freezer horizontal. (220 volts);	01
Frigobar, capacidade 120L, altura 84cm, largura 52,70cm	01
Geladeira	01
Geladeira <i>frostfree</i> , com controle eletrônico	01
Micro computador	30
Nobreak para computadores desktop.	01
Refratômetro de bancada	01
Refratômetro portátil	01
Liquidificador industrial, copo em aço inox com capacidade para 10 L.	02





14 ANEXOS

14.1 Ementário e componentes curriculares obrigatórios

1º SEMESTRE

Disciplina: Português Instrumental			
Carga Horária:	45	Período:	1º
Ementa			
Linguagem e comunicação. Linguagem verbal, não verbal e multimodal. Variação linguística: registro formal e informal. Discursividade dos textos: condições de produção, esferas de circulação, condições de recepção, propósito comunicativo e relevância informativa. Sequências discursivas narrativas, descritivas, injuntivas, expositivas e argumentativas como integrantes da estrutura de diferentes gêneros textuais. Análise e/ou produção de gêneros textuais escritos, como artigo de opinião e de divulgação científica, resumo, relatório e de gêneros textuais orais, como exposição oral, palestra, seminário. Análise linguística a partir da produção e da revisão de textos: concordância verbal e nominal, ortografia, pontuação, tonicidade e acentuação gráfica.			
Bibliografia Básica			
ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. CEREJA, William Roberto. Gramática texto, reflexão e uso. São Paulo: Atual, 2016. MARCUSCHI, Luiz A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.			
Bibliografia Complementar			
ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola, 2014. GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e linguagem. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2018.			





LUIZARI, Kátia. Comunicação empresarial eficaz : como falar e escrever bem. Curitiba: Ibpex, 2010. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola . Campinas: Mercado de Letras, 2004.			
Disciplina: Matemática Aplicada			
Carga Horária:	45	Período:	1º
Ementa			
Sistema de medidas; Noções de áreas e Volumes dos principais sólidos geométricos; Razão e proporção; Regra de três; porcentagem; funções e suas aplicações.			
Bibliografia Básica			
DANTE, Luiz Roberto. Matemática : contextos e aplicações - ensino médio. São Paulo: Ática, 2019. IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar . 8. ed. São Paulo: Atual, 2019. v. 5. PAIVA, Manoel. Matemática . São Paulo: Moderna, 2015. v. 2.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. Ministério da Educação. Explorando o ensino da matemática : ensino médio. Brasília: MEC, 2004. DOLCE, Oswaldo. Matemática : volume único: Ensino Médio. [S.l.]: Atual, 2007. GIOVANNI, José Roberto.; BONJORNIO, José Roberto; GIOVANNI JR, José Roberto. Matemática Fundamental : uma nova abordagem - volume único. São Paulo: FTD, 2010. SOUZA, J. R. Novo Olhar Matemática . São Paulo: FTD, 2013. v. 1. SOUZA, J.R. Novo Olhar Matemática . São Paulo: FTD, 2013. v. 2. SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. MATEMÁTICA . 9. ed. Saraiva, 2019. v. 1. SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. MATEMÁTICA . 9. ed. Saraiva, 2019. v. 2.			
Disciplina: Informática Básica			
Carga Horária:	45	Período:	1º
Ementa			



Conceitos básicos de computação e informática. Conceitos básicos sobre aplicativos e sistemas operacionais. Uso de softwares aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações de slides. Internet básica.

Bibliografia Básica

MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. **Informática: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Érica, 2013.
NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.
VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

Bibliografia Complementar

CAPRON, H. L.; JHONSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004.
LAMBERT, Joan; COX, Joyce. **Microsoft Word 2013: passo a passo**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
LAMBERT, Joan; COX, Joyce. **Microsoft Excel 2013: passo a passo**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
LAMBERT, Joan; COX, Joyce. **Microsoft Power Point 2013: passo a passo**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
TORRES, Gabriel. **Montagem de Micros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2016.

Disciplina: Ética e Cidadania

Carga Horária:	45	Período letivo:	1º
-----------------------	----	------------------------	----

Ementa

Origens, conceituação e diferenças entre ética e moral. Ética e moral na história. Ética, cidadania e direitos humanos. Relação entre ética e tecnologia. Introdução a bioética e avanços biotecnológicos na área alimentícia. Relações Interpessoais e o mercado de trabalho. Comunicação, percepção e ferramentas de competência interpessoal. Importância do trabalho em equipe. Liderança e suas características. Convivência. Conflitos e emoções.

Ênfase Tecnológica

Ética, moral, direitos humanos e relações interpessoais

Bibliografia Básica

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
DAVIDOFF, L. I. **Introdução à psicologia**. Rio de Janeiro: Makron Books, 2006.





MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas : psicologia das relações interpessoais. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2001.			
Bibliografia Complementar			
ARISTÓLETES. Ética Nicômaco . São Paulo: Edipro, 2014. BOFF, Leonardo. Saber cuidar . 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. BERLO, David Kemmenth. O processo da comunicação . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal : treinamento em grupo. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. DEL PRETTE, Almir e DEL PRETTE, Zilda A P. Psicologia das relações interpessoais : vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.			
Disciplina : Agricultura I (Olericultura e Sementes)			
Carga Horária:	60	Período:	1º
Ementa			
Sementes: Introdução. Importância da semente. Definição de sementes. Processo de formação das sementes. Maturação fisiológica. Dormência. Germinação e vigor. Colheita. Armazenamento. Beneficiamento. Sementes florestais. Olericultura: Classificação das hortaliças. Estudo do cultivo, colheita e comercialização das principais hortaliças de folha, frutos e raiz.			
Bibliografia Básica			
CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. Sementes : ciência, tecnologia e produção. 4. ed. rev. e amp. Jaboticabal: Funep, 2000. FERREIRA, A. G.; BORGHETTI, F. Germinação : do básico ao aplicado. Porto Alegre: ARTMED, 2004. FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de olericultura : Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa MG: UFV, 2006.			
Bibliografia Complementar			
AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia : princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005. ALTIERI, M. A. Agroecologia : bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária AS-PTA, 2002. POSSENTI, J. C. Produção de sementes . Universidade Federal do Paraná. 2005. MARCOS FILHO, J. Fisiologia das sementes de plantas cultivadas . Piracicaba: FEALQ. 2005 MENTEN, J. O. M. Patógenos em sementes : detecção, danos e controle químico. São Paulo: Ciba Agro, 1995.			





Disciplina: Noções de Meio Ambiente			
Carga Horária:	45	Período:	1º
Ementa			
Introdução a gestão ambiental. A bacia hidrográfica como unidade de planejamento agrícola. Impactos ambientais da atividade agropecuária. Poluição: água, ar e solo. Resíduos agropecuários. Avaliação de impactos ambientais. Recuperação de áreas degradadas. Propriedade rural e a adequação ambiental. Tecnologias para minimização de impactos ambientais da atividade agropecuária.			
Bibliografia Básica			
PHILLIP JÚNIOR, A. Curso de Gestão Ambiental . 2. ed. São Paulo: Manole, 2014. BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável . 2 ed. São Paulo: Pearson, 2005. SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto Ambiental: conceitos e métodos . 3. ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2020.			
Bibliografia Complementar			
GLEBER, L.; PASCALE, J. C. Gestão ambiental na agropecuária . Brasília: Embrapa, 2007. MATOS, A. T. Tratamento e aproveitamento agrícola de resíduos sólidos . Viçosa, MG: UFV, 2014. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Oficina de Texto, 2004. GOMES, M. A. F.; PESSOA, M. C. P. Y. Planejamento ambiental do espaço rural com ênfase para microbacias hidrográficas: manejo de recursos hídricos, ferramentas computacionais e educação ambiental . Brasília: Embrapa, 2010.			
Disciplina: Solos I			
Carga Horária:	45	Período:	1º
Ementa			





Conceitos de solos; Natureza e composição; Fatores e processos de formação; Propriedades dos solos; Classificação dos solos; Manejo e conservação de solos; Qualidade, poluição e remediação de solos.			
Bibliografia Básica			
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo . 6. ed. São Paulo: Ícone, 2008. LEPSCH, Igor F. Formação e conservação dos solos . São Paulo: Oficina de Textos, 2002. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações . 2. ed. Barueri: Manole, 2004.			
Bibliografia Complementar			
CORINGA, E. de; A. O. Solos . Curitiba: Livro Técnico, 2012. PRIMAVESI, A. M. A Biocenose do solo na Produção Vegetal e deficiências Minerais em Culturas . 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2018. SCHNEIDER, P.; KLAMT, E.; GIASSON, E. Morfologia do solo: subsídios para caracterização e interpretação de solos a campo . Guaíba: Agrolivros, 2007. VIEIRA, M. N. F., VIEIRA, L. S., SANTOS, P. C. T. C. dos; CHAVES, R. S. Levantamento e conservação do solo . Belém: FCAP. SDI. 1996. WHITE, R. Princípios e práticas em ciência do solo . 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009.			
Disciplina: Introdução à Nutrição Animal e Forragicultura e Pastagem			
Carga Horária:	60	Período:	1º
Ementa			
Introdução à Nutrição Animal: Sistema digestivo de animais ruminantes e não ruminantes. Composição dos alimentos. Principais alimentos utilizados na alimentação animal. Princípios de formulação de rações e utilização dos alimentos. Forragicultura e Pastagem: Gramíneas e leguminosas forrageiras. Técnicas de formação, recuperação, adubação, consorciação de pastagens. Sistemas de pastejo e manejo do pastejo. Planejamento forrageiro. Conservação de forragens.			
Bibliografia Básica			
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo . 6. ed. São Paulo: Ícone, 2008. LEPSCH, Igor F. Formação e conservação dos solos . São Paulo: Oficina de Textos, 2002. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações . 2. ed. Barueri: Manole, 2004.			





Bibliografia Complementar

CORINGA, E. de; A. O. **Solos**. Curitiba: Livro Técnico, 2012.
PRIMAVESI, A. M. **A Biocenose do solo na Produção Vegetal e deficiências Minerais em Culturas**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.
SCHNEIDER, P.; KLAMT, E.; GIASSON, E. **Morfologia do solo: subsídios para caracterização e interpretação de solos a campo**. Guaíba: Agrolivros, 2007.
VIEIRA, M. N. F., VIEIRA, L. S., SANTOS, P. C. T. C. dos; CHAVES, R. S. **Levantamento e conservação do solo**. Belém: FCAP. SDI. 1996.
WHITE, R. **Princípios e práticas em ciência do solo**. 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009.

2º SEMESTRE

Disciplina: Noções de Direito Agrário e Ambiental

Carga Horária:	30	Período:	2º
-----------------------	----	-----------------	----

Ementa

DIREITO AGRÁRIO. Teoria Geral do Direito Agrário. Institutos Jurídicos Agrários. Contratos Agrários. Propriedade Territorial Rural. Peculiaridades Regionais sobre Bens Públicos. Política Agrícola (Assistência à Economia Rural). Reforma Agrária. Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

DIREITO AMBIENTAL: Introdução ao Direito Ambiental. Princípios. Tutela Constitucional do Meio Ambiente. Competências Ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente. Política Nacional de Recursos Hídricos. Dano Ambiental e Responsabilidade ambiental. Questões contemporâneas sobre meio ambiente. A Amazônia e os desafios do desenvolvimento sustentável.

Bibliografia Básica

BITTAR, Thiago; COSTA, Stanley. **Manual de Direito Agrário**. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
RODRIGUES, M. A. **Direito Ambiental Esquemático**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
BORGES, A. M. **Curso Completo de Direito Agrário**. 5. ed. Campo Grande: Contemplar, 2016.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2016.





MARQUES, B. F.; MARQUES, C. R. S. Direito Agrário Brasileiro . 12. ed. São Paulo: Atlas 2016.			
RIZZARDO, Arnaldo. Curso de Direito Agrário . 3. ed. São Paulo: RT, 2015.			
MALHEIROS, J. A. S. Direito Ambiental Constitucional . 10. ed. São Paulo: Imprensa, 2013.			
ARAÚJO, R. M. Manual Direito Ambiental . 1. ed. São Paulo: CI Edijur, 2012.			
Disciplina: Irrigação e Drenagem			
Carga Horária:	45	Período:	2º
Ementa			
Relações água-solo-planta. Captação, elevação e aproveitamento de água. Estimativa da evapotranspiração e balanço hídrico. Determinação da velocidade de infiltração da água no solo. Fatores climáticos que afetam a disponibilidade de água às plantas. Sistemas de irrigação por aspersão: conceitos, tipos de sistema e dimensionamentos. Sistemas de irrigação localizada: conceitos, tipos de sistema, dimensionamentos, práticas investigativas e projetos. Sistemas de irrigação por superfície: conceitos, tipos de sistema e dimensionamentos. Drenagem de terras agrícolas: conceitos, dimensionamentos, práticas investigativas e projetos. Fertirrigação. Necessidades de drenagem. Tipos de drenos. Sistemas de Drenagem.			
Bibliografia Básica			
BERNARDO, S.; MANTOVANI, E. C.; SILVA, D. D.; SOARES, A. A. Manual de irrigação . Viçosa: Imprensa Universitária, 2019.			
CARVALHO, D.F. de; OLIVEIRA, L.F.C. de. Planejamento e manejo da água na agricultura irrigada . Viçosa, MG: UFV - Universidade Federal de Viçosa. UFV, 2012.			
MANTOVANI, E. C; BERNARDO, S; PALARETTI, L. F. Irrigação: princípios e métodos . 3. ed. Viçosa: UFV, 2013.			
Bibliografia Complementar			
AGUIAR NETTO, A. O.; BASTOS, E. A. Princípios agrônômicos da irrigação . 3. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2013.			
DUARTE, S. N.; SILVA, Ê. F. F.; MIRANDA, J. H.; MEDEIROS, J. F.; COSTA, R. N. T.; GHEYI, H. R. Fundamentos de drenagem agrícola . Fortaleza, CE: INCTsal, 2015.			
FRIZZONE, J.A.; FREITAS, P.S.L.; REZENDE, R.; FARIA, M. A. Microirrigação: Gotejamento e microaspersão . Maringá: Eduem, 2012.			
FRIZZONE, J. A.; REZENDE, R.; FREITAS, P. S. L. Irrigação por aspersão . Maringá: Eduem, 2011.			
VILLAMAGN, David Rodrigues. Irrigação Eficiente . 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2016.			
Disciplina: Solos II			
Carga Horária:	45	Período:	2º



Ementa			
Biologia do solo; Acidez e Calagem; Fertilidade do solo; Adubos e corretivos; Interpretação de análises de solos e recomendações; Manejo Ecológico do solo tropical e amazônico.			
Bibliografia Básica			
FERNANDES, M. S. (ed.) Nutrição mineral de plantas . Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. MALAVOLTA, E.; PIMENTEL-GOMES, F.; ALCARDE, J. C. Adubos e Adubações . São Paulo: Nobel, 2002. NOVAIS, R. F.; ALVAREZ, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. Fertilidade do solo . 1 ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.			
Bibliografia Complementar			
CORINGA, E. de A. O. Solos . Curitiba: Livro Técnico, 2012. QUAGGIO, J. A. Acidez e calagem em solos tropicais . Campinas: Instituto Agronômico, 2002. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais . São Paulo: Nobel, 2002. SOUZA, C.M; PIRES, R.F; PARTELLI, F.L; ASSIS, R.L. Adubação verde e rotação de culturas . Viçosa: UFV. 2012. WADT, P. G. S. (Org.). Manejo do solo e recomendação de adubação para o Estado do Acre . Rio Branco, AC: Embrapa Acre, 2005.			
Disciplina: Topografia			
Carga Horária:	45	Período:	2º
Ementa			
Introdução à topografia. Sistemas de coordenadas. Medição de ângulos. Declinação Magnética. Medição de distâncias. Levantamentos topográficos. Operações topográficas de escritório. Desenho da planta topográfica. Altimetria. Nivelamento. Referência de nível. Processo de representação do relevo: pontos cotados, curvas de nível e perfis. Posicionamento por satélites (GPS).			
Bibliografia Básica			





DAIBERT, J. D. **Topografia**: técnicas e práticas de campo. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.
MCCORMAC, J. C. **Topografia**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
TULER, M. O; SARAIVA, S. L. C. **Fundamentos de topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Bibliografia Complementar

BORGES, A. C. **Topografia aplicada à engenharia civil**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2013.
BOTELHO, M. H. C.; FRANCISCHI JÚNIOR, J. P.; PAULA, L. S. **ABC da topografia**: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros. São Paulo: Blucher, 2018.
DALBERT, J. D. **Topografia**: técnicas e práticas de campo. 2. ed. São Paulo: Érica, 2015.
GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S.; SOUSA, J. J. **Topografia**: conceitos e aplicações. 3. ed. Lisboa: Lidel, 2012.
PRINCIPE JUNIOR, A. R. **Noções de geometria descritiva**. São Paulo: Nobel, 2014.

Disciplina: Avicultura

Carga Horária:

45

Período:

2º

Ementa

Avicultura de corte e postura: importância econômica, principais produtos, principais raças e linhagens, sistemas de criação, instalações zootécnicas, manejo alimentar, manejo reprodutivo, manejo geral da criação, planejamento da produção e manejo sanitário.

Bibliografia Básica

COTTA, T. **Frangos de Corte**: criação, abate e comercialização. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2012.
MURAD, J. C. B.; SILVA, B. C. **Manejo e produção na avicultura**. Brasília: NT Editora, 2020.
SANTANA, M. P.; FERREIRA, D. A.; MENDES, L. F. C. **Manual de boas práticas de produção de ovos e frangos caipiras**. Belo Horizonte: EMATER MINAS GERAIS, 2020.

Bibliografia Complementar

ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C.; VIEIRA, R. A.; SILVA, E. P. **Criação de frango e galinha caipira**: sistema alternativo de criação de aves. 4. ed. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2013.
BERTECHINI, A. G. **Nutrição de monogástricos**. 2. ed. Lavras: UFLA, 2012. Lavras: UFLA, 2012.
CARVALHO, B. R.; ALBINO, L. F. T.; MAIA, R. C.; BARROS, V. R. S. M. **Galinhas Poedeiras**: Criação e Alimentação. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2017.
MACARI, M.; MENDES, A. A.; MENTEN, J. F. M.; NÄÄS, I. A. **Produção de Frangos de Corte**. 2. ed. São Paulo: FACTA; FAPESP, 2014.
PERAZZO, F. G. P. et al. **Tabelas brasileiras para aves e suínos**: composição de alimentos e exigências nutricionais. 4. ed. Viçosa, MG: UFV, 2017.





Disciplina: Suinocultura			
Carga Horária:	45	Período:	2º
Ementa			
Suinocultura: importância econômica, principais produtos, principais raças, sistemas de criação, instalações zootécnicas, manejo alimentar, manejo reprodutivo, manejo geral da criação, planejamento da produção e manejo sanitário.			
Bibliografia Básica			
ABCS - Associação Brasileira de Criadores de Suínos. Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos . Brasília, DF: ABCS; MAPA; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. ABCS - Associação Brasileira de Criadores De Suínos. Produção de suínos: teoria e prática . Brasília, DF: Associação Brasileira de Criadores de Suínos, 2014. FERREIRA, R. A. Suinocultura: manual prático da criação . Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2012.			
Bibliografia Complementar			
BERTECHINI, A. G. Nutrição de monogástricos . Ed. UFLA: Lavras, 2006 CARAMORI JÚNIOR, J. G. Manejo alimentar de suínos . Campos do Jordão: LK Editora, 2007. CARAMORI JÚNIOR, J. G. Manejo reprodutivo de suínos . Campos do Jordão: LK Editora, 2007. MAFESSONI, E. L. Manual prático para produção de suínos . Guaíba: Agrolivros, 2014. PERAZZO, F. G. P.; SARAIVA, A.; TEIXEIRA, M. L.; RODRIGUES, P. B.; OLIVEIRA, R.; ROSTAGNO, H.S.; ALBINO, L.F.T.; HANNAS, M.I. DONZELE, J. L.; SAKOMURA, N. K.; F.; BARRETO, S. L. T.; BRITO, C. O. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais . 4.ed. Viçosa, MG: UFV, 2017.			
Disciplina: Agricultura II (Culturas Anuais e Perenes)			
Carga Horária:	60	Período:	2º
Ementa			
Estudo das principais culturas anuais de clima tropical úmido e adaptado (milho, feijão, arroz, mandioca, soja): botânica, sistemas de cultivo, condições edafoclimáticas, tratos culturais, colheita e comercialização. Tecnologia de produção das culturas perenes. Origem e distribuição geográfica. Classificação botânica e descrição da planta. Condições edafoclimáticas. Preparo do solo. Adubação e calagem. Plantio e semeadura (espaçamentos). Práticas culturais. Colheita, secagem e armazenamento das seguintes culturas: pimenta-do-reino, café, guaraná, coco, cana-de-açúcar e seringueira.			





Bibliografia Básica			
<p>MARCOLAN, A. L.; ESPINDULA, M. C. Café na Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, A. B. de.; GUIMARÃES, M. A. de.; DOVALE, J. C. Produção Sustentável de Culturas anuais. Fortaleza, CE: Expressão gráfica, 2016.</p> <p>VENZON, M.; PAULA JÚNIOR, T. J. de. 101 Culturas – Manual de tecnologias agrícolas. 2. ed. Belo Horizonte: Epamig, 2019.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BORÉM, A. GALVÃO, J. C. C.; PIMENTEL, M. A. Milho do plantio à Colheita. Viçosa, MG: Editora UFV, 2017.</p> <p>CARNEIRO, J. E.; PAULA JUNIOR, T. de.; BORÉM, A. Feijão do Plantio à Colheita. Viçosa, MG: UFV, 2015.</p> <p>FERREIRA, J. M. S.; WARWICK, D. R. N.; SIQUEIRA, L. A. A cultura do coqueiro no Brasil. 3. ed. Brasília, DF: EMBRAPA 2018.</p> <p>F. FILHO, D.; FORNASIERI, J. L. Manual da Cultura do Arroz. Jaboticabal: Funep, 2006.</p> <p>SANTOS, F.; BORÉM, A. Cana-de-açúcar: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2016.</p>			
Disciplina: Extensão Rural e Cooperativismo			
Carga Horária:	30	Período:	2º
Ementa			
<p>Conceitos e modelos de extensão rural. O sistema brasileiro de assistência técnica. Extensão Rural no Acre. Extensão rural e desenvolvimento social. Processo de comunicação. Adoção e difusão de inovação tecnológica. Metodologia de extensão rural. Origem do cooperativismo; os princípios do cooperativismo; evolução do pensamento cooperativo. Representação cooperativista. O cooperativismo no Brasil e no Acre. Legislação cooperativista. Gestão participativa. Princípios do cooperativismo. Classificação e organização das cooperativas. Fundação e funcionamento de cooperativas. Associativismo. Tipos de associações. Constituição de uma associação.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>MORAES, C.S. dos. Uma revolução científica da Extensão Rural e a emergência de novo paradigma. Curitiba, PR: Appris, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, D. de . R. de . Manual de Gestão das cooperativas: Uma Abordagem Prática. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, F.C. das. Estratégias de Desenvolvimento Rural e Alternativas Tecnológicas para a Agricultura Familiar. Brasília, DF: EMBRAPA, 2008.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BORSATTO, R. S. O papel da Extensão Rural no Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia. São Carlos, SP: Edufcar, 2017.</p>			





BÜTTENBENDER, Pedro Luís (org.). **Gestão de cooperativas**: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Unijui, 2011.

SANTOS, A. F. dos.; BARBOSA, G. J. **Extensão Rural – Experiências, pesquisas e sindicalismo**. João pessoa, PA : Mídia gráfica e Editora, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 2004. 22 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/ecndrss%20politica_nacional.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2022.

DINIZ, R. F; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/33174>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

Disciplina: Mecanização e Máquinas Agrícolas

Carga Horária:

60

Período:

2º

Ementa

Conceito de máquina e implemento. Mecanização agrícola: histórico, importância e atuação profissional. Segurança no uso de máquinas e implementos agrícolas. Tipos de máquinas e implementos. Máquinas e implementos para o preparo inicial e periódico do solo. Sistemas componentes: sistema de lubrificação; sistema de arrefecimento; sistema hidráulico; sistema elétrico. Tratores agrícolas: classificação e princípios de operação. Técnica de acoplamento de implementos agrícolas. Grades: classificação, operação, regulagem e dimensionamento. Semeadoras adubadoras: componentes, operação, regulagem da distribuição de sementes e adubos. Regulagem e operação de espalhadores de corretivos e adubos orgânicos. Pulverizadores: tipos de pulverizadores agrícolas; componentes; regulagem e operação. Máquinas de colheita semimecanizada de grãos e cereais. Colhedoras automotrizes: componentes; sistemas de corte, elevação, trilha, separação, limpeza, retilha, descarga; regulagem de automotrizes e operação. Máquinas para colheita de café: manuais, semimecanizadas; automotrizes.

Bibliografia Básica

FERREIRA, R. F. **Planejamento das atividades com máquinas agrícolas**. Pelotas: Editora UFPEL-FAU Fundação de Apoio Universitário, 2005.

MACHADO, A. L. T. **Máquinas agrícolas e sua utilização na propriedade rural**. Pelotas: Editora UFPEL-FAU-Fundação de Apoio Universitário, 2005.

SILVEIRA, G. M. **Máquinas para o plantio e condução das culturas**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora. 2001.

Bibliografia Complementar





BALASTREIRE, L.A. **Máquinas agrícolas**. São Paulo: Ed. Manole, 1987.
COMETTI, N. N. **Mecanização Agrícola**. 1. ed. Colatina: Editora Escola Agrotécnica, 2007.
MIALHE, L.G. **Máquinas agrícolas para o plantio**. 1. ed. Campinas: Editora Millennium, 2012.
NUNES, P.H.B.; ROCHA, W.W. **Gestão e uso racional da mecanização agrícola em associações rurais**. 1. ed. Alto do Jacuba Diamantina: Editora Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, 2008.
SILVEIRA, G.M. **Preparo do solo - técnicas e implementos**. Viçosa: Aprenda fácil editora, 2001.

3º SEMESTRE

Disciplina: Silvicultura			
Carga Horária:	45	Período:	3º
Ementa			
Introdução à Silvicultura. Produção e tecnologia de sementes e de mudas florestais. Noções básicas sobre viveiros florestais. Implantação florestal. Tratos silviculturais. Manejo dos povoamentos florestais. Principais espécies nativas e exóticas com potencial madeireiro.			
Bibliografia Básica			
DAVIDE, A.C.; SILVA, E. A. A. Produção de sementes e mudas de espécies florestais . Lavras: UFLA, 2008. FERREIRA, C. A.; SILVA, H. D. Formação de Povoamentos Florestais . Colombo: Embrapa Florestas, 2008. GOMES, J. M.; PAIVA, H. N. Viveiros Florestais-Propagação Sexuada . Editora UFV, Viçosa: 2011.			
Bibliografia Complementar			
ARAÚJO, M. M.; NAVROSKI, M. C; SCHORN, L. A. M. (org.) Produção de sementes e mudas: um enfoque a silvicultura . 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2018. 446 p. GALVÃO, A. P. M. (org.). Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais . Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2000. 351 p. SABOGAL, C.; ALMEIDA, E. MARMILLOD, D.; CARVALHO, O. P. Silvicultura na Amazônia Brasileira: avaliação de experiências e recomendações para implementação e melhoria de sistemas . Belém/PA: CIFOR, 2006. 190 p. XAVIER, A. Silvicultura clonal: princípios e técnicas . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2009. 272p.			





WENDLING, I.; GATTO, A. **Substratos, Adubação e Irrigação na Produção de Mudás**. Viçosa, MG: Editora Aprenda Fácil, 2002. 165p.

Disciplina: Fruticultura

Carga Horária:

45

Período:

3º

Ementa

Conceito e importância econômica e social da fruticultura. Centros de origem da fruticultura. Classificação da fruticultura. Características das frutíferas de clima tropical, subtropical e de clima temperado. Propagação de plantas frutíferas. Poda das plantas frutíferas. Implantação de pomares. Tratos culturais em pomares. Aspectos gerais (origem, e distribuição geográfica, importância, classificação e morfologia, propagação, formação do pomar, frutificação, tratos culturais, colheita e pós-colheita) das culturas de citros, goiabeira, cacaueiro, cupuaçuzeiro, abacaxizeiro, mamoeiro, maracujazeiro, bananeira e açaizeiro.

Bibliografia Básica

GOMES, R. P. **Fruticultura Brasileira**. 13. ed. São Paulo: Nobel, 2007. 446 p.

SIMÃO, S. **Tratado de Fruticultura**. Piracicaba: FEALQ, 1998.

ZUCOLOTO, M. SCHMILDT; E. R.; COELHO, R. I. (Org.) **Fruticultura topical: diversificação e consolidação**. Alegre, ES: CAUFES. 2015. 186 p. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/3174/1/BRT-fruticulturatropical-v.1.pdf>. Acesso em 05/04/2022.

Bibliografia Complementar

BORGES, A. L.; SOUZA, L. S. (Org.) **A cultura da bananeira**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2004. 279 p.

COSTA, A. F. S.; COSTA, A. N.; VENTURA, J. A.; FANTON, C. J.; LIMA, I. M.; CAETANO, L. C. S.; SANTANA, E. N. **Recomendação técnica para o cultivo do maracujazeiro**. Incaper, 2008, 56p. (Documento 162).

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **A cultura do mamão**. 3. ed. Brasília: Embrapa, 2009. 119p. (Coleção Plantar, 65).

EMBRAPA. **Açaí**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Ocidental. 2005, 137p. (Sistemas de Produção, 4).

GOMES, J. A.; ALVES, F. L.; ARLEU, R. J.; ROCHA, M. A. M.; SALGADO, J. S. **Recomendações técnicas para a cultura do abacaxizeiro**. Vitória: Incaper, 2003, 28 p. (Documentos, 122).

PEDROSA, M. G. **Fruticultura**. 1. ed. Brasília: NT Editora, 2015. 178 p. Disponível em: <<https://avant.grupont.com.br/dirVirtualLMS/arquivos/arquivosPorRange/0000000744/texto/c652a999de9c1ad13605a27307a8a937.pdf>>. Acesso em: 05/04/2022.

PENTEADO, S. R. **Enxertia e poda de fruteiras**. Campinas: Edição do Autor, 2007.

PENTEADO, S. R. **Fruticultura orgânica**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2004.

PIRES, M. M.; JOSÉ, A. R. S.; CONCEIÇÃO, A. O. **Maracujá: avanços tecnológicos e sustentabilidade**. Bahia: Editus, 2011. p.237.

SALDANHA, C. B.; SANTOS, C. F. S. **Fruticultura**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2018. 232 p.





VIEIRA, A. H.; RAMALHO, A. R.; ROSA NETO, C.; CARARO, D. C.; COSTA, J. N. M.; VIEIRA JUNIOR, J. R.; WADT, P. G. S.; SOUZA, V. F. **Cultivo do açazeiro (*Euterpe oleracea* Martius) no Noroeste do Brasil**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2018. (Sistemas de produção, 36).
VIEIRA, R. F.; COSTA, T. S. A.; SILVA, D. B.; FERREIRA, F. R.; SANO, S. M. **Frutas Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006. 320 p.

Disciplina: Construções Rurais

Carga Horária:

45

Período:

3º

Ementa

Elementos de uma construção rural. Materiais e técnicas de construção: tipos e caracterização. Principais instalações e benfeitorias agrícolas. Levantamento dos recursos disponíveis na propriedade, inventário e dimensionamento de benfeitorias, instalações, equipamentos e materiais; Confecção de orçamentos. Técnicas de acondicionamento térmico natural e artificial das instalações. Elaboração de projetos de instalações agroindustriais.

Bibliografia Básica

NETO, S. L. **Instalações e Benfeitorias**. 3. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2017.
LIMA, M. R. C. de. **Engenharia de Avaliações Aplicadas em Propriedades Rurais**. São Paulo: Leud, 2021.
BAUER, L. A. F.; DIAS, J. F. **Materiais de construção**: concreto, madeira, cerâmica, metais, plásticos e asfalto. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. vol. 2.

Bibliografia Complementar

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009. vol. 1.
FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais**. São Paulo: Nobel, 2000.
FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.
REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. **Estruturas de aço, concreto e madeira**: atendimento da expectativa dimensional. 2. ed. São Paulo: Zigurate, 2006.
VIGORELLI, R. **Manual Prático do Construtor**. São Paulo: Hemus, 2004.

Disciplina: Manejo de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas

Carga Horária:

45

Período:

3º

Ementa

Princípios básicos de Entomologia (Introdução e importância, coleta e conservação de insetos, morfologia, reprodução e desenvolvimento de insetos). Principais ordens dos insetos de interesse agrícola (Isoptera, Dermaptera, Orthoptera, Thysanoptera, Hemiptera, Neuroptera, Coleoptera, Diptera, Lepidoptera e Hymenoptera). Manejo Integrado de Pragas - MIP e Métodos de Controle





de Pragas (cultural, resistência de plantas a insetos, comportamental, físico, biológico, autócida e químico). Conceito e História da Fitopatologia. Agentes causais de doenças de plantas (fungos, bactérias, vírus e nematóides). Classificação de doenças de plantas. Métodos de controle de doenças (Cultural, Físico, Biológico, Genético e Químico). Conceito e métodos de manejo de plantas daninhas.

Bibliografia Básica

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. **Manual de Fitopatologia**: princípios e conceitos. 4. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2011. v.1.
GALLO, D. et al. **Entomologia agrícola**. Piracicaba: FEALQ, 2002.
RIBEIRO DO VALE, F. X.; ZAMBOLIM, L. **Controle de doenças de plantas**: grandes culturas. Viçosa: UFV, Departamento de Fitopatologia; Brasília, DF. Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997. v.2.

Bibliografia Complementar

ALVES, S. B. (ed.) **Controle microbiano de insetos**. 2. ed. Piracicaba: Fealq, 1998.
ALTIERI, A. A. **Ecologia e manejo da vegetação espontânea**. In: Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária. 2003.
AZEVEDO, L. A. S. **Fungicidas protetores**: fundamentos para o uso racional. São Paulo, 2003.
PARRA, J. R. P.; BOTELHO, P. S.; CORRÊA-FERRERA, B. S.; BENTO, J. M. **Controle biológico no Brasil**: parasitoides e predadores. São Paulo: Mande, 2002.
ZUCCHI, R. A.; SILVEIRA NETO, S.; NAKANO, O. **Guia de identificação de pragas agrícolas**. Piracicaba: FEALQ, 1993.

Disciplina: Noções de Tecnologia de Alimentos

Carga Horária:

60

Período:

3º

Ementa

Noções de higiene e segurança alimentar. Noções das tecnologias de processamento de carnes e derivados. Noções de tecnologia de laticínios. Noções de tecnologia de processamento de frutas e hortaliças. Métodos de conservação de alimentos.

Bibliografia Básica

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.
GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de alimentos**: princípios e aplicações. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2008.
OETTERER, M.; REGINATO-D'ARCE, M.A.B.; SPOTO, M. H. F. **Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2006.





Bibliografia Complementar			
FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GARCIA, B. M. Higiene e inspección de carnes. 1. ed. Madrid: Diaz de Santos, 2007. v. 2. KOBLOITZ, M. G. B. Matérias-primas alimentícias: composição e controle de qualidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. TRONCO, V.M. Manual para inspeção da qualidade do leite. 5. ed. Santa Maria: UFSM, 2013. VANACLOCHA, A. C.; REQUENA, J. A. Procesos de conservación de alimentos. 2. ed. Navarra: Mundi-Prensa, 2008.			
Disciplina: Bovinocultura			
Carga Horária:	60	Período:	3º
Ementa			
Bovinocultura de leite e corte: importância econômica, principais raças, sistemas de criação, instalações zootécnicas, manejo alimentar, manejo reprodutivo, manejo geral da criação, planejamento da produção e manejo sanitário.			
Bibliografia Básica			
GONSALVES NETO, J. Manual do produtor de leite. Viçosa: Aprenda fácil. 2012. PIRES, A. V. Bovinocultura de corte. Piracicaba: FEALQ, 2010. SILVA, J. C. P. M.; VELOSO, C. M.; TEIXEIRA, R. M. A.; SANTOS, M. E. R. Manejo de vacas leiteiras a pasto. Viçosa: Aprenda fácil. 2011.			
Bibliografia Complementar			
BARBOSA, F. A.; SOUZA, R. C. Administração de fazendas de bovinos: leite e corte. Viçosa: Aprenda fácil. 2007. LAZZARINI NETO, S.; ALHADAS, H. M.; DUARTE, M. S. Cria e recria: na pecuária de corte. 4. ed. Viçosa: Aprenda fácil. 2017. LAZZARINI NETO, S.; ALHADAS, H. M.; DUARTE, M. S. Engorda a pasto: na pecuária de corte. 4. ed. Viçosa: Aprenda fácil. 2017. LAZZARINI NETO, S.; ALHADAS, H. M.; DUARTE, M. S. Estratégias para a entressafra: na pecuária de corte. 3. ed. Viçosa: Aprenda fácil. 2018. SILVA, J. C. P. M.; OLIVEIRA, A. S.; VELOSO, C. M. Manejo e administração na bovinocultura leiteira. Viçosa: Suprema Gráfica e Editora, 2009.			
Disciplina: Caprinos e Ovinos			
Carga Horária:	45	Período:	3º





Ementa			
<p>Caprinocultura e ovinocultura: importância econômica, principais produtos, principais raças, sistemas de criação, instalações zootécnicas, manejo alimentar, manejo reprodutivo, manejo geral da criação, planejamento da produção e manejo sanitário.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CHAPAVAL, L. OLIVEIRA, A. A. F. O.; ALVES, F. S. F.; FERNANDES, C. S.; ARAÚJO, A. M.; PINHEIRO, A. A. Manual do produtor de cabras leiteiras. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2017.</p> <p>PINHEIRO, R. S. B. Manual do criador de ovinos. Viçosa: Editora UFV, 2018.</p> <p>SELAIVE-VILLAROEL, A. B.; OSÓRIO, J. C. S. Produção de ovinos no Brasil. São Paulo: Roca, 2014.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>GOUVEIA, M. G.; ARAÚJO, E. C.; CARVALHO JÚNIOR, C. A.; LETI, S. Manejo para a saúde de ovinos. Campos do Jordão: LK Editora, 2010.</p> <p>GOUVEIA, M. G.; ARAÚJO, E. C.; ULHOA, M. F. P. Manejo nutricional de ovinos de corte. Campos do Jordão: LK Editora, 2007.</p> <p>PINHEIRO, R. S. B. Manual do criador de ovinos. Viçosa: Editora UFV, 2018.</p> <p>ROVAI, F. M. O. Caprinocultura e ovinocultura. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.</p> <p>SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Caprinocultura: criação e manejo de caprinos de corte. Brasília: Senar, 2020. (Coleção Senar, 267).</p> <p>SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ovinocultura: criação e manejo de ovinos de corte. Brasília: Senar, 2019. (Coleção Senar, 265).</p>			
Disciplina: Gestão de Empreendimentos Rurais			
Carga Horária:	60	Período:	3º
Ementa			
<p>Noções gerais de administração rural. Planejamento, organização, direção e controle da empresa rural. Planejamento de negócio de propriedade rural. Conceitos e tipos de empreendedorismo. Oportunidades empreendedoras. Mitos e perfis empreendedores. Noções de plano de negócios do empreendimento rural. Associativismo e Cooperativismo: breve histórico, suas estruturas, funcionamentos e tipos.</p>			
Bibliografia Básica			





DAMÁSIO, M. M. **Associativismo e cooperativismo**. 1. ed. Brasília: NT Editora, 2014.
QUEIROZ, R. **Gestão da pequena propriedade rural**. 1. ed. Brasília: NT Editora, 2014.
MOREIRA, M. F. **Empreendedorismo**. 2. ed. Brasília: NT Editora, 2019.

Bibliografia Complementar

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2018.
GAUTHIER, F. A. O.; MACEDO, M.; LABIAK JUNIOR, S. **Empreendedorismo**. 2. ed. Curitiba: Editora LT, 2018.
KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. **Gestão de propriedades rurais**. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, n. 1, p. 23-24, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30>. Acesso em 19 de julho de 2022.

14.1 Ementários e componentes curriculares optativos

O Campus Xapuri ofertará a disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Estrangeira Moderna - Espanhol em caráter optativo. Essas disciplinas serão de oferta obrigatória pela instituição e sua matrícula é optativa aos estudantes.

A oferta poderá ocorrer em parceria com o Centro de Idiomas e a carga horária destinada à oferta da disciplina optativa não integrará a carga horária mínima do curso. Caso o estudante opte em cursar alguma das disciplinas, este componente curricular será registrado no histórico escolar do estudante como atividade complementar.

Poderão ser ofertadas outras disciplinas optativas, desde que sejam deliberadas pelo colegiado de curso e registrada, em ata, a opção de escolha, a carga horária, a seleção de estudantes, a forma de realização, entre outras questões pertinentes à oferta. A oferta da disciplina optativa e facultada a matrícula deverá ser realizada por meio de edital com, no mínimo, informações de forma de seleção, número de vagas, carga horária, turnos e dias de realização e demais informações pertinentes à oferta.





Componente Curricular: Língua Estrangeira - Espanhol			
Carga Horária:	30	Período Letivo:	2º semestre
Ementa			
<p>Origem da Língua Espanhola e sua relevância no contexto atual. Países que falam espanhol como língua oficial: Diversidade linguística e cultural. (Destacando os países que fazem fronteira com o Acre: Peru e Bolívia). Estruturas linguísticas básicas voltadas à interação sociocomunicativa com ênfase nas quatro habilidades: Compreensão oral, expressão oral, compreensão leitora e expressão escrita. Noções específicas fundamentais de fonética e ortografia. Estratégias de Leitura e interpretação de textos. Gêneros textuais. Léxicos e contextos de uso.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CUENCA, M. A, PRIETO, R. P. Embarque. Madrid: Edelsa, 2011. Barquero, B.L; GILI, O. C, BARQUERO, B.L Pasaporte A1. Madrid: Edelsa, 2007. DUENAS, R, HERMOSO, A.G. Gramática del Español Lengua Extranjera. Madrid: Edelsa, 2011.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>COIMBRA, L., BARCIA, P. L, CHAVES, L. S. Cercanía Joven. São Paulo: ed. SM,2014. FAJUL, A. Gramática de Español Paso a Paso. São Paulo: Moderna, 2014. DIAZ, M. & TALAVERA G. Diccionario Santillana para Estudiantes. 4.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2014. ENCINAR, ÁNGELES. Uso Interactivo del Vocabulario. Madrid: Edelsa, 2011. ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de Conversação Trilíngue: Português, Inglês e Espanhol Para Turismo e Negócios. Rio de Janeiro, RJ: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010.</p>			
Componente Curricular: Libras			
Carga Horária:	30	Período Letivo:	2º semestre
Ementa			
<p>Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Breve histórico da Educação de Surdos. Fundamentos legais do ensino de Libras. Introdução aos aspectos linguísticos da Libras.</p>			





Bibliografia Básica

FELIPE, Tanya Amara. **LIBRAS em Contexto - Curso Básico** - Livro do Estudante/Cursista. CDU. ed. Brasília: MEC - SEESP - Programa Nacional Interiorizando a Libras, 2004- 2007.
QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
STROBEL, Karin. **A história da educação dos surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Minidicionário**: ilustrado de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. 2ª ed. Porto Alegre: Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez/CAS, 2008.
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais**. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.
FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. 20 ed. Curitiba, 2007.
GESSER, Audrei. **Libras? Que Língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo, 2009.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Departamento de Educação Especial: Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
PERLIN. Gladis. STROBEL Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina / Centro de Comunicação e Expressão / UFSC Centro de Educação / UFSC Curso de Licenciatura em Letras-Libras. 2006.





REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

_____. Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Acre. Cadastro de Propriedades e do Rebanho Vacinado contra a Febre Aftosa na Campanha de novembro de 2005. Rio Branco, AC: IDAF. 2006.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. **Acre em números**, 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 03/1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (DCNEM). Brasília, DF, 1998.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 15/1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Brasília, DF, 1998.

_____. **Parecer CNE/CEB 16/1999** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 16/1999**, de 05/10/1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 04/1999**, de 05/12/1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

_____. **Parecer CNE/CEB 10/2000** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 01/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 39/2004**, de 8/12/2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 39/2004**, de 8/12/2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004.





_____. **Decreto n. 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 01/2005**, de 03/02/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio as disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, DF, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 04/2005 de 27/10/2005**. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, DF, 2005.

_____. **Resoluções Normativas CFQ nº 137, de 27/08/1993**. Dispõe sobre a identificação de Técnicos Industriais e correlatos, mencionados na Resolução Normativa nº 24 de 18.02.70, cuja atividade está na área da Química.

_____. **Resolução Normativa CFQ nº 36, de 25/4/1974**. Das atribuições aos profissionais da Química e estabelece critérios para concessão das mesmas.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2021. 4 ed. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-><Acesso em 03 out 2021>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 2002. (Coleção Leitura).

IFAC. **Projeto Pedagógico de Curso**. Técnico em Integrado ao Ensino Médio em Biotecnologia. Xapuri, AC: 2018.

IFAC. **Projeto Pedagógico de Curso**. Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária. Xapuri, AC: 2021.

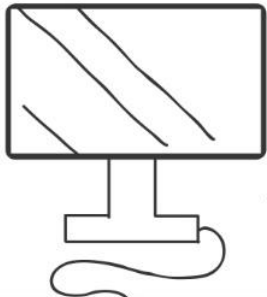
IFAC. **Projeto Pedagógico de Curso**. Técnico Integrado ao Ensino Médio em Alimentos. Xapuri, AC: 2021.

IFAC. **Projeto Pedagógico de Curso**. Técnico em Subsequente em Alimentos. Xapuri, AC: 2022.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Assessoria de Gestão Estratégica** – projeções da agropecuária, outubro de 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 05 de março de 2022.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos**. Brasília, janeiro/1997, V Conferência Internacional.





www.ifac.edu.br

